IV.3.8) Condições de abertura das propostas:

Data: 15/01/2007.

Lugar: sala reuniões do Ed. Antigo Colégio do MOA. Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas

Todas, apenas podendo intervir as devidamente credenciadas para o efeito

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.1) TRATA-SE DE UM CONTRATO DE CARÁCTER PERIÓDICO

VI.2) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS Não.

VI.3) OUTRAS INFORMAÇÕES

Relativamente ao ponto II.3), pode-se considerar que a duração do contrato corresponde desde a data da assinatura do contrato até ao dia em que for entregue, instalado e testado todo o software e resulta do cumprimento de todas as obrigações por parte do adjudicatário decorrentes da sua proposta, sem prejuízo das garantias apresentadas e das obrigações resultantes do contrato de manutenção cuja duração e de dois anos, sendo automaticamente renovável, por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por qualquer das partes, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação ao seu termo

O valor do concurso em suporte de papel é o descrito no ponto IV.3.2). No caso de os concorrentes pretenderem o fornecimento do processo de concurso completo em CD-DVD, a quantia a pagar será de 65% do valor mencionado no ponto IV.3.2) acrescido do custo do suporte informático (CD 2 euros e DVD 2,50 euros), ou seja, no caso de CD a quantia de 15,62 euros e no caso de DVD a quantia de 16,12 euros. Se apenas pretenderem as tabelas anexas ao programa de concurso/caderno de encargos, as mesmas serão enviadas via correio electrónico mediante o pagamento prévio de 5 euros.

O horário para entrega de propostas e das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

O acto público terá início às 9 horas e 30 minutos.

VI.4) PROCESSOS DE RECURSO

VI.4.1) Organismo encarregado dos processos de recurso:

Designação oficial:

Órgão executivo da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

Endereço postal: Largo da República

Localidade:

Oliveira de Azeméis. Código postal:

3720-240

País:

Portugal. Telefone

256600600

Fax:

256674694

Correio electrónico:

geral@cm-oaz.pt

Endereço internet:

www.cm-oaz.pt

VI.4.2) Interposição de recursos:

Informação precisa sobre os prazos para a interposição de recursos:

10 dias para o acto de adjudicação e 5 dias para os restantes actos. Um mês para recurso contencioso

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 21/11/2006.

21 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, Ápio Cláudio do Carmo Assunção. 1000308415

CÂMARA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras	\boxtimes
Fornecimentos	
Serviços	
O concurso está	abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)
NÃO 🗵	SIM

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo	À atenção de
Município de Tabuaço	Divisão de Obras Municipais
Endereço Rua do Dr. António José D'Almeida, 36	Código postal 5120-413
Localidade/Cidade	País
Tabuaço	Portugal

Telefone	Fax
254780000	254789142
Correio electrónico obras-municipais@cm-tabuaco.pt	Endereço Internet (URL) www.cm-tabuaco.pt

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDERECO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

Indicado em I.1

Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDI-DÓS DE PARTICIPAÇÃO

Indicado em I.1

Se distinto, ver anexo A

1.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE

Governo central		Instituição Europeia		
Autoridade regional/local	\times	Organismo de direito público	Outro	

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Tipo de contrato de obras X Execução Concepção e execução Execução, seja por que meio for, de uma obra que satisfaça as necessidades indicadas pela entidade adjudicante $\ \square$ II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro? \boxtimes SIM

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

Construção da Estrada de Santa Luzia a Chavães (E. M. 515) — pavimentação.

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

A empreitada tem por objecto a pavimentação da plataforma em betão betuminoso aberto a quente, bem como a execução de valetas revestidas a betão e a sinalização vertical e horizontal.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

Concelho de Tabuaço, freguesias de Arcos e Sendim

Código NUTS

PT 117 CONTINENTE NORTE — DOURO.

II.1.8) Nomenclatura

II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary) *

	Vocabulário principal	Vocabulário complementar
Objecto		
principal		
Objectos		
comple-		
mentares	<u></u>	

II.1.8.2) Outra nomenclatura relevante (CPA/NACE/CPC) **

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração								
	II.1.10) As	variantes	serão	tomadas	em	considerac	cão?

SIM \square NÃO 🏻

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONCURSO

II.2.1) Quantidade ou extensão total

A proposta é feita para a totalidade dos trabalhos que constituem a empreitada.

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO

Prazo em meses $\square \square$ e/ou em dias $\boxed{0} \boxed{9} \boxed{0}$ a partir da data da consignação (para obras)

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

O concorrente a quem for adjudicada a empreitada terá de prestar, antes da celebração do contrato, uma caução correspondente a 5% do valor da adjudicação, nos termos do disposto nos artigos 112.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

O financiamento terá como fonte a dotação do município de Tabuaço

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

Ao concurso podem concorrer empresas ou grupos de empresas, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico, mas, em caso de adjudicação da empreitada, estas associar-se-ão obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

- a) Os concorrentes deverão ser titulares do alvará de construção, emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, que contenha(m) a(s) seguinte(s) autorização(ões):
- A 1.ª subcategoria da 2.ª categoria (Vias de circulação rodoviária e aeródromos), a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;
- b) Os concorrentes não detentores de alvará de construção ou que não apresentem certificado de inscrição em lista de empreiteiros aprovados, bem como os concorrentes nacionais dos Estados signatários do Acordo sobre Contratos Públicos, da Organização Mundial do Comércio, farão prova da sua idoneidade e das suas classificações legais com base no preceituado no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Marco;
- c) Os concorrentes não detentores de alvará de construção que apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados de Estado pertencente ao espaço económico europeu farão prova da sua idoneidade e das suas classificações legais com base no preceituado no artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

- a) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações respeitantes ao pagamento das quotizações para a segurança social no espaço económico europeu;
- b) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações no que respeita ao pagamento de impostos e taxas no espaço económico europeu.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

- a) Documento emitido pelo Banco de Portugal, no mês em que o concurso tenha sido aberto, no mês anterior ou posterior, que mencione as responsabilidades da empresa no sistema financeiro e, se for o caso, documento equivalente emitido pelo banco central do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal:
- b) Cópias das declarações periódicas de rendimentos para efeitos de IRS ou IRC (incluindo balanço e demonstração de resultados), respeitantes aos anos fiscais de 2003, 2004 e 2005, nas quais se contenha o carimbo «Recibo», e, se for o caso, documento equivalente apresentado, para efeitos fiscais, no Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; se se tratar de início de actividade, a empresa deve apresentar cópia autenticada da respectiva declaração;
- c) Os concorrentes deverão apresentar os valores dos indicadores de liquidez geral e de autonomia financeira, calculados em conformidade com as fórmulas mencionadas no § 1.º da Portaria n.º 994/2004, de 5 de Agosto, que a seguir se transcrevem:

Liquidez geral = (existências + disponibilidades + dívidas de terceiros a curto prazo)/ passivo a curto prazo;

Autonomia financeira = capitais próprios/activo líquido total;

Os concorrentes deverão apresentar um mapa com a indicação dos indicadores acima referenciados, tendo em conta a evolução dos três últimos exercícios, ou seja, 2003, 2004 e 2005, e a sua média aritmética simples desses três anos;

d) Documento que comprove que a empresa não se encontra em estado de falência, de liquidação, de cessação de actividade, nem se encontra sujeita a qualquer meio preventivo da liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenha o respectivo processo pendente, emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

a) Certificados de habilitações literárias e profissionais dos responsáveis pela orientação da obra, designadamente:

Director técnico da empreitada;

Representante permanente do empreiteiro na obra;

- b) Comprovação da execução de, pelo menos, uma obra de idêntica natureza da obra posta a concurso, de valor não inferior a 160 000 euros;
- c) Lista das obras executadas da mesma natureza da que é posta a concurso, acompanhada de certificados de boa execução relativos às obras mais importantes; os certificados devem referir o montante, data e local de execução das obras e se as mesmas foram executadas de acordo com as regras da arte e regularmente concluidas; d) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione o equipamento principal e ferramentas a utilizar na obra e, se for o caso, o equipamento de características especiais, indicando, num e noutro caso, se se trata de equipamento próprio, alugado ou sob qualquer outra forma;
- e) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione os técnicos, serviços técnicos, encarregados, pessoal operário especializado e serventes,
 estejam ou não integrados na empresa, a afectar à obra, para além dos indicados na
 alínea a);
- f) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que inclua a lista das obras executadas nos últimos cinco anos, acompanhada de certificados de boa execução relativos às obras mais importantes; os certificados devem referir o montante, data e local de execução das obras e se as mesmas foram executadas de acordo com as regras da arte e regularmente concluidas.

SECCÃO IV: PROCESSOS

SECÇAU IV: PROCESSUS
IV.1) TIPO DE PROCESSO
Concurso público
Concurso limitado Concurso limitado com publicação de anúncio
Concurso limitado sem publicação de anúncio
Concurso limitado por prévia qualificação Concurso limitado sem apresentação de candidaturas
Concurso limitado sem apresentação de candidaturas \square Concurso limitado urgente
Processo por negociação
Processo por negociação com publicação prévia de anúncio Processo por negociação sem publicação prévia de anúncio
Processo por negociação urgente
IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO A) Preço mais baixo Ou:
B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados
 Mais valia técnica da proposta (60%); Preço (30%); Prazo de execução (10%).
Por ordem decrescente de importância NÃO ☐ SIM ☒ ou
B2) Os critérios indicados no caderno de encargos
IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO
IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante Processo $n.^\circ\ 18/2006.$
IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais Data limite de obtenção
publicação do anúncio no Diário da República.
Custo: 30,25 euros (inclui IVA à taxa de 21%). Moeda: euro.
Condições e forma de pagamento: Numerário ou cheque traçado a favor do município de Tabuaço no acto de aquisição. Se o processo for enviado pelos CTT, serão debitados os custos dos portes e o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem na recepção das cópias, não podendo apresentar qualquer reclamação ou pedido de
prorrogação do prazo para a apresentação das propostas.
IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação
Hora: 16 horas e 30 minutos.
 IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pe- didos de participação
ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro
IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta Até
fixada para a recepção das propostas
IV.3.7) Condições de abertura das propostas
IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas Só poderão intervir no acto do concurso as pessoas que, para o efeito, estiverem
devidamente credenciadas pelos concorrentes, bastando, para tanto, no caso de in-
tervenção do titular de empresa em nome individual, a exibição do seu bilhete de identidade e, no caso de intervenção dos representantes de empresas em nome indi-
vidual e de sociedades ou de agrupamentos complementares de empresas, a exibição
dos respectivos bilhetes de identidade e de uma credencial passada por quem obri- gue a empresa em nome individual, sociedade ou agrupamento da qual constem o
nome e o número do bilhete de identidade do(s) representante(s).
IV.3.7.2) Data, hora e local No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas 🗵
Hora: 10 horas e 30 minutos. Local: Salão Nobre dos Paços do Município de Ta-
buaço, sito na Rua do Dr. António José D'Almeida, 36, 5120-413 Tabuaço.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1)	TRATA-SE	DE UM	ANÚNCIO	NÃO	OBRIGATÓRIO?
NÃO	\times	SIM			

VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS?

NÃO ⊠ SIM □

Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil

VI.4) OUTRAS INFORMAÇÕES

A empreitada é pela modalidade de série de preços, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, e o valor para efeitos de concurso é de 274 174,24 euros, acrescidos do IVA à taxa de 5%.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO Jornal Oficial da União Europeia

- * Cfr. descrito no Regulamento CPV 2151/2003, da Comissão, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L329, de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao limiar europeu.
- ** Cfr. descrito no Regulamento 3696/93, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L342, de 31 de Dezembro, alterado pelo Regulamento 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L177, de 22

21 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, José Carlos Pinto dos Santos. 1000308412

ENTIDADES PARTICULARES

APPACDM DE COIMBRA — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO **DEFICIENTE MENTAL**

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:

APPACDM de Coimbra — Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

Endereço postal: Avenida de Dias da Silva, 10.

Localidade:

Coimbra.

Código postal:

3000-134

País: Portugal.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.3) OUTRAS INFORMAÇÕES

APPACDM de Coimbra

Anúncio

Construção de Lar Residencial de São Silvestre Em conformidade com o disposto no artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, avisam-se os interessados no concurso em epígrafe, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial, n.º 219, de 14 de Novembro de 2006, de que foram prestados esclarecimentos solicitados por concorrentes, dos quais se juntou cópias às peças patentes em concurso

29 de Novembro de 2006. — A Presidente da Direcção, Helena Maria Mamede Albuquerque.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 29/11/2006.

29 de Novembro de 2006. — A Presidente da Direcção, Helena Maria Mamede Albuquerque. 3000221212

EDIA — EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA, S. A.

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECCÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial: EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A. Endereço postal:

Rua de Zeca Afonso, 2. Localidade:

Beja

Código postal: 7800-522.

País:

Portugal.

Pontos de contacto:

EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A.

À atenção de: EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A. Telefone:

284315100

Fax:

284315101

Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:

Ver «pontos de contacto».

Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:

Ver «pontos de contacto»

As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:

Ver «pontos de contacto»

1.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDA-DES

Outro: empresa pública.

A entidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudicantes Não

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:

Empreitada de construção da rede de rega do Bloco de Vidigueira no aproveitamento hidroagrícola de Alvito-Pisão.

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

a) Obras:

Execução

Principal local de execução: freguesias Vidigueira, Selmes (Vidigueira) e São Matias (Beja).

Código NUTS: PT184.

II.1.3) O anúncio implica:

Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

Construção da rede secundária de rega do Bloco de Vidigueira, dividido nos sub-blocos de Vidigueira 1 (1082 ha) e Vidigueira 2 (1662 ha), totalizando uma área beneficiado (equipada) de 2744 ha; estação elevatória EE4; reservatório R4; prestação de serviços de transportes pelo empreiteiro durante a empreitada.

II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos): Objecto principal

Vocabulário principal: 45232120.

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONTRATO

II.2.1) Ouantidade ou extensão total:

Valor estimado, sem IVA: 13 780 525,00.

Divisa: euro.

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO PARA A SUA EXECUÇÃO

Período em dias: 360 (a contar da data de adjudicação).

SECÇÃO III: INFORMAÇÃO DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas:

O valor da caução é de 5% do preço total do contrato e será prestado por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou ainda por seguro-caução. O empreiteiro pode apresentar ao dono da obra contrato de seguro adequado da execução da empreitada pelo preço total do respectivo contrato.

O empreiteiro deverá segurar contra acidentes de trabalho todo o seu pessoal empregue no estaleiro, incluindo subempreiteiros e trabalhadores independentes, apresentando a respectiva apólice antes da consignação da empreitada.

O adjudicatário apresentará ao dono de obra uma apólice de seguro da obra para cobertura de todos os trabalhos e fornecimentos dos materiais e equipamentos para execução do objecto contratual, válida pelo período de construção, montagem, ensaios em carga e arranque

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam:

De acordo com o caderno de encargos.

III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:

Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no programa de concurso

III.1.4) Existem outras condições especiais a que está sujeita a execução do contrato:

Não

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Situação pessoal dos operadores económicos, nomeadamente requisitos em matéria de inscrição nos registos profissionais ou comerciais:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisi-

Podem ser admitidos a concurso:

- a) Os titulares de alvarás de empreiteiro de obras públicas (Portaria n.º 19/ 2004, de 10 de Janeiro), emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI);
- b) Empresas nacionais de outros Estados membros da União Europeia, não titulares de alvarás de empreiteiro de obras públicas emitido pelo IMOPPI, que